

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

DEZEMBRO/2020



Conteúdo

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

Balanco Patrimonial

Demonstração do Resultado do Exercício

Demonstração do Resultado Abrangente

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Demonstração dos Fluxos de Caixa

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Valores expressos em reais)

Nota 1 - Contexto operacional

1.1. Denominação, Natureza, Objeto, Sede e Duração

A Palma Santa Administração S/A (“Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado, tem por objeto social a administração de bens móveis e imóveis, corpóreos e incorpóreos, podendo participar de outras empresas.

A Palma Santa Administração S/A se rege pelas disposições do seu Estatuto e pela legislação pertinente e tem o prazo de duração indeterminado.

A Palma Santa Administração S/A tem a sede social na BR 101 - Km 04,3 - Zona Rural do Município de Goiana, no Estado de Pernambuco.

1.2. Base contábil de continuidade operacional

As demonstrações contábeis da Companhia são elaboradas de acordo com as práticas contábeis previstas na legislação societária brasileira que se aplicam as sociedades em curso normal de suas atividades operacionais.

Em função da alienação das ações da Usina Maravilhas S/A, descrito na Nota Explicativa 6 “b”, em 31 de dezembro de 2015, está consignado nos registros contábeis da Companhia, um saldo de “contas a receber de terceiros” no ativo não circulante, no valor de R\$ 6.938.165 e um saldo em depósitos judiciais, no ativo não circulante, no valor de R\$ 1.061.835, totalizando R\$ 8.000.000. Em virtude da existência de ações judiciais, até a data de autorização para a emissão das demonstrações contábeis, esses valores ainda não haviam sido recebidos.

Assim, fica evidente que na data de 31 de dezembro de 2015, a Companhia não apresentava em seus registros contábeis, recursos disponíveis suficientes para liquidar as obrigações passivas e está em processo de recuperação judicial. A Companhia foi incluída no processo de recuperação judicial por fazer parte do Grupo Cruangi.

1.3. Recuperação judicial

A Usina Cruangi S/A ajuizou ação de recuperação judicial em 22 de fevereiro de 2013, tendo o feito sido distribuído à 1ª Vara Cível de Timbaúba - PE, onde recebeu o nº 0000282-61.2013.8.17.1480. A ação foi ajuizada em nome do Grupo Econômico composto pelas sociedades Usina Cruangi S/A, Samasa Santa Maria Energética e Agropecuária Ltda., Palma Santa Administração S/A, Negocial de Administração Ltda., Goiana Participações Ltda. e Cruangi Neem do Brasil Ltda. Cumpridas as exigências legais, o processamento da recuperação foi deferido em 05 de março de 2013, em decisão proferida nos termos do art. 52 da Lei nº 11.101/2005.

Em 04 de novembro de 2014 houve a apresentação do Plano de Recuperação Judicial do Grupo Cruangi. Na data de 07 de novembro de 2014 realizou-se a Assembleia Geral de Credores, cujo plano foi devidamente aprovado pela maioria dos credores.

As ações do plano de recuperação podem se assim destacadas:

- a) Arrendamento de ativos - Poderá ocorrer a qualquer tempo durante a vigência do plano de recuperação;
- b) Alienação de ativos e Unidades Produtivas Isoladas (UPI);
- c) Terceirização da produção de açúcar e etanol;
- d) Reorganização societária e associações;
- e) Reestruturação operacional - Possibilidade de novas oportunidades de negócios;
- f) Reorganização administrativa e adoção de práticas de governança corporativa;
- g) Concessão de prazos e condições especiais para pagamento das obrigações vencidas de seus devedores; e
- h) Novação da dívida do passivo, equalização dos encargos financeiros e outras avenças.

A gestão do GRUPO CRUANGI direcionará todos os esforços para recuperar-se economicamente e financeiramente; bem como, no posicionamento de

mercado, visando potencializar suas atividades através da manutenção ou restabelecimento das relações comerciais com os fornecedores da Companhia.

Para compatibilizar o valor da dívida com a capacidade de geração de caixa, será necessário um deságio sobre os créditos inscritos na relação geral de credores; bem como, concessão de carência e parcelamento dos pagamentos.

O Plano de Recuperação Judicial do Grupo Cruangi foi homologado pelo Juízo Universal, cuja sentença foi publicada em 28 de março de 2015, concedendo a Recuperação Judicial do Grupo Cruangi.

Nota 2 - Apresentação das demonstrações contábeis e principais políticas contábeis

2.1. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis referem-se a uma entidade individual e foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e incorporam as alterações trazidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09 e pelos pronunciamentos técnicos e as orientações e interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

2.2. Autorização das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis da Palma Santa Administração S/A para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015 foram autorizadas para a emissão pela Administração da Palma Santa Administração S/A em 18 de dezembro de 2020, considerando os eventos subsequentes ocorridos até essa data.

2.3. Principais políticas contábeis adotadas

As principais políticas contábeis que foram adotadas na elaboração das referidas demonstrações contábeis estão descritas a seguir:

2.3.1. Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual ela exerce sua atividade (“moeda funcional”). As demonstrações contábeis são apresentadas em reais (R\$), a moeda funcional.

2.3.2. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

2.3.3. Instrumentos financeiros

Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os ativos financeiros com depósitos e contas a receber com partes relacionadas inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado), quando aplicável, são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia deixa de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros são reconhecidos como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor apresentado no balanço patrimonial quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de bancos. Os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizados nas obrigações de curto prazo.

Passivos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada ou vencida.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha do direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: Outras contas a pagar com partes relacionadas.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

Capital social

Ações do capital - são classificadas como patrimônio líquido.

2.3.4. Investimentos

Os investimentos são avaliados pelo custo de aquisição, deduzido da provisão para perda de investimento, quando aplicável.

2.3.5. Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

O ativo imobilizado é mensurado pelo custo histórico de aquisição, formação ou construção, inclusive juros e demais encargos financeiros capitalizados.

Ganho ou perda na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

Custos subsequentes

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil de item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo possa ser medido de forma confortável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia-a-dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

O custo estimado do item de um equipamento que deva ser substituído anualmente pelo contabilizado como um componente dos custos do equipamento e depreciação durante período seguinte. Os custos de manutenção periódica normal são contabilizados em despesas quando incorridos uma vez que os componentes substituídos não melhoram a capacidade produtiva, ou ampliam sua vida útil, ou ainda não introduzam aprimoramentos técnicos aos equipamentos.

Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

As quotas de depreciação dos bens reavaliados vêm sendo calculadas com base nas taxas de depreciação determinadas pela nova vida útil dos bens.

As vidas úteis médias estimadas para os períodos correntes e comparativos são as seguintes:

- Máquinas e implementos agrícolas 5 anos
- Veículos 5 anos

2.3.6. Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

2.3.7. Tributação

Os cálculos dos impostos e das contribuições, bem como suas respectivas declarações de rendimentos e informações acessórias, exigíveis na forma da legislação vigente, estão sujeitos à revisão por parte das autoridades fiscais em períodos e prazos variáveis em relação à respectiva data de pagamento ou entrega das declarações de rendimentos e das informações acessórias.

Imposto de renda e contribuição social

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescido do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para a contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com o imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes. O imposto corrente é reconhecido no resultado a menos que estejam relacionados às combinações de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações contábeis e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

Nota 3 - Caixa e equivalentes de caixa

	2015	2014
Bancos c/ movimento	72	72
	<u>72</u>	<u>72</u>

Nota 4 - Quotas de consórcios e outros

	2015	2014
Máquinas e implementos agrícolas	220.170	220.170
	<u>220.170</u>	<u>220.170</u>

O saldo é remanescente de exercícios anteriores. A Companhia não possui controle sobre o acompanhamento das quotas de consórcio.

Nota 5 - Depósitos judiciais

	2015	2014
Terraviva Participações Ltda.	343.033	343.033
Gueiros Emp. e Participações Ltda.	458.904	458.904
Priscylla Cristina Bione Queiroz	144.102	144.102
Maria Laura Pessoa Queiroz	115.796	115.796
	<u>1.061.835</u>	<u>1.061.835</u>

Em 28 de maio de 2010, a Companhia vendeu a totalidade das ações que possuía da controlada Usina Maravilhas S/A. Entretanto, o registro contábil da baixa do investimento somente ocorreu no exercício de 2013. Pelo fato da operação estar sendo questionada judicialmente, os valores correspondentes a primeira e segunda parcelas foram depositadas em juízo.

Nota 6 - Partes relacionadas

	Saldo em 31/12/2014	Adições/Baixas	Atualização Monetária	Saldo em 31/12/2015
Ativo Não Circulante				
Contas a receber de acionistas/diretores:				
Dulce Maria Gueiros Leite (a)	503.613			503.613
Fernando Queiroz Filho (a)	503.613			503.613
Cláudia Maria Queiroz Chaves (a)	125.903			125.903
Patrícia Maria Queiroz Chaves (a)	125.903			125.903
Carla Maria Queiroz Chaves (a)	125.903			125.903
Daniela Maria Queiroz Chaves (a)	125.903			125.903
Maria da Conceição Queiroz Rio (a)	251.806			251.806
José Cândido Rio Filho (a)	251.806			251.806
	2.014.450			2.014.450
Contas a receber de pessoas ligadas:				
ECOTEC Economia e Tecnologia Ltda. (b)	1.854.400			1.854.400
Terraviva Participações Ltda. (b)	1.043.367			1.043.367
Gueiros Emp. e Participações Ltda. (b)	1.395.496			1.395.496
Queiroz Chaves Participações Ltda. (b)	1.854.400			1.854.400
Priscylla Cristina Bione Queiroz (b)	438.298			438.298
Maria Laura Pessoa Queiroz (b)	352.204			352.204
	6.938.165			6.938.165
	8.952.615			8.952.615
Passivo Não Circulante				
Usina Cruangi S/A (c)	3.532.131			3.532.131
Usina Maravilhas S/A (d)	711.980			711.980
	4.244.111			4.244.111

- a) No exercício de 2010, ocorreu a saída de um dos sócios do Grupo Cruangi. Em contrapartida de seus haveres, foi negociada a entrega de um dos imóveis da Companhia, denominado Engenho Pirauá, situado no situado no Município de Timbaúba, Estado de Pernambuco. A negociação foi formalizada mediante Escritura Pública de venda e compra do Engenho Pirauá, registrada em 30 de novembro de 2010. O valor da alienação do imóvel foi de R\$ 2.014.450, o qual foi integralmente pago mediante o endosso, em favor da Companhia, de notas promissórias emitidas em 30 de novembro de 2010 pelos diretores da Companhia, com vencimento contra apresentação. Apesar da operação ter sido realizada em 2010, o

registro contábil ocorreu somente no exercício de 2012. Em função da negociação do imóvel da Companhia, denominado Engenho Pirauá, houve o registro de “contas a receber de diretores” no ativo não circulante, no valor de R\$ 2.014.450. Até a data de autorização para a emissão das demonstrações contábeis, o valor ainda não havia sido recebido.

- b) Em 28 de maio de 2010, a Palma Santa Administração S/A vendeu a totalidade das ações que possuía da controlada Usina Maravilhas S/A. Entretanto, o registro contábil da baixa do investimento somente ocorreu no exercício de 2013. O valor da operação foi de R\$ 8.000.000, com recebimento em 10 (dez) prestações anuais. Sobre o valor das prestações incidem correção monetária pelo IGP-M da FGV e juros de 1% (um por cento) ao mês, a contar da data da venda até a data do efetivo recebimento. Em 22 de dezembro de 2011 e 02 de janeiro de 2013, houve o recebimento da 1ª parcela no valor de R\$ 482.784 e da 2ª parcela no valor de R\$ 579.051, remanescendo um saldo a receber no montante de R\$ 6.938.165. Em virtude da venda das ações estar sendo questionada judicialmente, as parcelas recebidas foram depositadas em juízo. Ademais, duas das empresas que compraram as ações estão inadimplentes em relação ao pagamento das 1ª e 2ª parcelas. Os valores a receber em 31 de dezembro de 2015, estão registrados pelo valor histórico. Até a data de autorização para a emissão das demonstrações contábeis, o valor ainda não havia sido recebido.
- c) Refere-se a saldo de conta corrente, provenientes de pagamentos de despesas por parte da Usina Cruangi S.A., em virtude da falta de caixa da Palma Santa Administração S/A.
- d) Saldo remanescente de exercícios anteriores.
- e) A Companhia não possui controle sobre os valores dos mútuos.

Nota 7 - Imobilizado

Conciliação do valor contábil

Descrição	2015						2014
	Taxa Anual de Depreciação	Custo	Aquisição do Período	Baixa/ Transferência	Depreciação do Período	Depreciação Acumulada	Valor Líquido
Terrenos e propriedades	-	443.674					443.674
Máquinas e implementos	20%	1.775.862			(29.598)	(1.065.517)	1.065.518
Veículos	20%	989.504			(16.492)	(604.802)	582.602
Ajuste dos custos de mercado:							
Terrenos e propriedades	-	2.106.840					2.106.840
		5.315.880			(46.090)	(1.670.319)	4.198.634

- a) Ajuste a avaliação patrimonial - custo atribuído “deemd cost”: Em 31 de agosto de 2009, a Companhia apurou os efeitos do custo atribuído com base em laudo de avaliação de empresa especializada elaborado de conformidade com o ICPC 10 relacionados ao imobilizado, em atendimento ao CPC 27, para propriedades rurais. Acontece que, o registro contábil do ajuste a avaliação patrimonial somente ocorreu em 31 de abril de 2010, onde a contrapartida foi a conta de reajuste de custos de mercado, no patrimônio líquido. Apesar de ter sido realizada a avaliação das benfeitorias fixas desmembradas das áreas rurais (terra nua), não houve a segregação quando do registro contábil. Assim, as benfeitorias fixas estão contabilizadas juntamente com as áreas rurais (terra nua) numa única conta denominada de terrenos e propriedades. Ademais, a Companhia não contabilizou o ajuste da avaliação patrimonial negativa no valor de R\$ 344.619, apurado sobre os veículos.
- b) Em 30 de novembro de 2010, a Companhia vendeu o imóvel rural denominado Engenho Pirauá, situado no Município de Timbaúba, Estado de Pernambuco, pelo valor de R\$ 2.014.450. A baixa do imóvel somente foi registrada no exercício de 2012, considerando o valor de custo de R\$ 260.000 e valor de avaliação de R\$ 1.347.293, totalizando o montante de R\$ 1.607.293. A venda do imóvel resultou num ganho de capital no valor de R\$ 407.157.
- c) Em 31 de dezembro de 2015, estava consignado no saldo contábil de terrenos e propriedades o imóvel denominado Engenho Gongo.
- d) No exercício de 2015 a Companhia reconheceu a depreciação dos bens móveis sujeitos a depreciação no valor de R\$ 553.073.
- e) A Companhia não possui um sistema de gestão patrimonial para controlar os bens móveis e imóveis.
- f) No exercício de 2011, a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional ajuizou Ação Cautelar Fiscal de nº 0001180-03.2011.4.05.8306, em tramite na 22ª Vara Federal de Pernambuco, com o fito de assegurar a satisfação de créditos tributários da Usina Cruangi S/A, através da indisponibilidade de bens móveis e imóveis da Usina Cruangi S/A e demais empresas que compõem o Grupo Cruangi, dentre elas a Companhia.

Nota 8 - Consórcios a pagar

	2015	2014
Consórcio Nac. John Deere cota 387	17.119	17.119
Consórcio Nac. John Deere cota 419	18.278	18.278
Consórcio Nac. John Deere cota 169	1.370	1.370
Consórcio Massey Ferguson cota 226	3.173	3.173
Consórcio Nac. John Deere cota 407	38.347	38.347
Consórcio Nac. John Deere cota 326	70.043	70.043
	148.330	148.330

O saldo é remanescente de exercícios anteriores. A Companhia não possui controle sobre o acompanhamento das quotas de consórcio.

Nota 9 - Imposto de renda e contribuição social diferido

	2015	2014
Imposto de renda diferido	1.037.362	1.037.362
Contribuição social diferida	390.730	390.730
	1.428.092	1.428.092
Passivo circulante	-	-
Passivo não circulante	1.428.092	1.428.092
Total	1.428.092	1.428.092

No exercício de 2013 foram constituídas as provisões para o imposto de renda e contribuição social diferidos sobre o ganho de capital na venda de investimentos com o recebimento parcelado. A contrapartida da provisão para o imposto de renda e contribuição social foi o resultado do exercício. O pagamento dos tributos ocorrerá quando da realização do recebimento.

No exercício de 2013 também foram constituídas as provisões para o imposto de renda e contribuição social diferidos sobre o ganho de capital na venda de ativo imobilizado com o recebimento parcelado, ocorrido no exercício de 2012. A contrapartida da provisão para o imposto de renda e contribuição social foi a conta de ajustes de exercícios anteriores, no patrimônio líquido. O pagamento dos tributos ocorrerá quando da realização do recebimento.

Nota 10 - Patrimônio líquido

10.1. Capital social

O capital social em 31 de dezembro de 2015 é de R\$ 5.972.163, integralmente realizado, dividido em 19.907.211 (dezenove milhões novecentos e sete mil duzentas e onze) ações ordinárias nominativas de R\$ 0,30 (trinta centavos de real).

10.2. Reserva de ajuste de custo de mercado

Em 31 de dezembro de 2015 o saldo da reserva de reajuste de custo de mercado é de R\$ 2.106.840.

Ajuste a avaliação patrimonial - custo atribuído “deemd cost”: Em 31 de agosto de 2009, a Companhia reconheceu os efeitos do custo atribuído com base em relatório de avaliação elaborado de conformidade com o ICPC 10 relacionados ao imobilizado, em atendimento ao CPC 27, para propriedades rurais.

10.3. Reserva de lucros a realizar

Em 31 de dezembro de 2015, o saldo R\$ 1.854.411 é remanescente de exercícios anteriores.

Nota 11 - Instrumentos financeiros

Gerenciamento dos riscos financeiros

A Companhia possui práticas de gerenciamento de risco não formalizada, que visam orientar em relação a transações e requer a diversificação de transações e contrapartidas. Assim, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros é regularmente monitorada e gerenciada a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa.

Visão geral

A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez;
- Risco de mercado.

Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia para cada um dos riscos acima, os objetivos da Companhia, políticas e processos de mensuração e gerenciamento de riscos e gerenciamento do capital do Grupo.

Risco de crédito

O risco surge da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. Para reduzir esse tipo de risco e para auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, a Companhia monitora rigorosamente o contas a receber de clientes.

Risco de liquidez

É o risco da Companhia não possuir recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de tesouraria.

Risco de mercado

Os riscos de mercado são protegidos quando é considerado necessário suportar a estratégia corporativa ou quando é necessário manter o nível de flexibilidade financeira.

Nota 12- Cobertura de Seguros (Não Auditado)

A Companhia não mantém política de monitoramento dos riscos inerentes às suas operações. Em 31 de dezembro de 2015 a Companhia não possuía contratos de seguros em vigor, em montantes suficientes para cobrir eventuais riscos operacionais, de responsabilidade civil, etc., considerando a natureza de sua atividade.

Não está incluído no escopo dos trabalhos de nossos auditores, emitir opinião sobre a suficiência ou não da cobertura de seguros, a qual deve ser determinada e avaliada quanto à adequação pela administração da Companhia.

Nota 13 - Eventos subsequentes

13.1. Assembléia Geral Extraordinária

Em 06 de fevereiro de 2020, foi realizada uma Assembléia Geral Extraordinária que deliberou sobre a eleição e posse da atual diretoria.

13.2. Contingências passivas

Para a data base de 31 de dezembro de 2019, a Administração da Companhia solicitou dos assessores jurídicos, uma avaliação de todos os processos envolvendo as áreas administrativa, trabalhista, cível, tributária e ambiental, considerando o prognóstico de perda provável, possível e remota. Nessa data, de acordo com o relatório dos assessores jurídicos, a posição das ações trabalhistas, cíveis, tributárias e ambientais estavam demonstradas da seguinte forma:

- a) Ações cíveis: Em 28 de maio de 2010, a Companhia vendeu a totalidade das ações que possuía da controlada Usina Maravilhas S.A. Nos exercícios de 2011 e 2012, acionistas de outras empresas do Grupo Cruangi impetraram as ações de Nº 0025408-59.2011.8.17.0001 e Nº 0044260-97.2012.8.17.0001 contra a Companhia, no sentido de anular a operação de venda das ações. Até a data de autorização para conclusão das demonstrações contábeis pela Administração da Companhia, as ações relacionadas ainda estavam em andamento.
- b) Outras ações cíveis: Na data de autorização para conclusão das demonstrações contábeis pela administração da Companhia, existiam outras ações cíveis tramitando no Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, envolvendo a Companhia:

Processo Número	Assunto	Situação atual
0000101-55.2016.8.17.1480	Habilitação de crédito	Em andamento
0000102-40.2016.8.17.1480	Habilitação de crédito	Em andamento
0002013-24.2015.8.17.1480	Pagamento	Em andamento
0000225-44.2014.8.17.0660	Apuração de haveres	Em andamento
0000724-31.2019.8.17.3480	Habilitação de créditos	Em andamento
0001347-29.2013.8.17.0660	Servidão	Em andamento
0000978-04.2019.8.17.3480	Indenização p/ dano moral	Em andamento
0012967-68.2018.8.17.9000	Concurso de credores	Em andamento
0012957-24.2018.8.17.9000	Recuperação judicial	Em andamento
0007814-88.2017.8.17.9000	Recuperação judicial	Em andamento
0003928-86.2015.8.17.0000	Recuperação judicial	Em andamento
0005250-44.2015.8.17.0000	Recuperação judicial	Em andamento
0001021-41.2015.8.17.0000	Recuperação judicial	Em andamento

- c) Ação cautelar fiscal: No exercício de 2011, a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional ajuizou Ação Cautelar Fiscal de nº 0001180-03.2011.4.05.8306, em tramite na 22ª Vara Federal de Pernambuco, com o fito de assegurar a satisfação de créditos tributários, através da indisponibilidade de bens móveis e imóveis das companhias que compõem o Grupo Cruangi. Até a data de autorização para conclusão das demonstrações contábeis pela Administração da Companhia, as ações relacionadas ainda estavam em andamento.

12.3. Recuperação judicial

Em 22 de maio de 2020, foi deferido pelo Juízo Universal o pleito das Recuperandas para homologar os negócios jurídicos de dação em pagamento firmados em cumprimento ao plano de recuperação judicial, ao passo que declarou ainda a inexistência de sucessão dos credores adquirentes nas obrigações das Recuperandas e dispensou a apresentação de certidões negativas de débitos para alienação e registro definitivo das dações em pagamento, nos termos do art. 60, parágrafo único da Lei nº 11.101/2005.